


ATRIBUNA

 FUNDADA EM 26 DE MARÇO DE 1894
 M. Nascimento Jr. (1909-1959)
 Giusfredo Santini (1959-1990)
 Roberto Mário Santini (1990-2007)

MARCOS CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Presidente

ROBERTO CLEMENTE SANTINI
 Diretor-Vice-Presidente

RENATA SANTINI CYPRIANO
 Diretora de Marketing

FLAVIA CLEMENTE SANTINI
 Diretora de Circulação

PAULO NAEF
 Diretor-Superintendente

ARMINDA AUGUSTO
 Editora-Chefe

MÁRCIO DELFIM LEITE SOARES
 Gerente Comercial e Marketing

MARCO ANTONIO DA COSTA
 Gerente Industrial

Construção civil: planos e saídas

A desaceleração chegou forte ao mercado imobiliário. As vendas estão em ritmo mais lento, enquanto incorporadores retardam seus lançamentos. Esse movimento foi iniciado em 2014 e prolonga-se neste ano, em ação de ajuste da oferta e demanda do setor.

Não há, porém, estagnação ou crise profunda, muito menos a explosão de uma bolha. Houve, de fato, grande expansão do mercado na última década, com elevação de preços e multiplicação dos negócios. Mas ela aconteceu após prolongado período de dificuldades nos anos 1980 e 1990. Nestas duas décadas, em razão da inflação altíssima, ausência de financiamentos e incertezas generalizadas, tanto do lado empresarial quanto dos compradores, a situação foi muito mais complicada.

A recuperação recente se deu exatamente quando os fatores que impediam o desenvolvimento foram superados. A inflação foi controlada, o desemprego caiu, a renda cresceu, e, principalmente, houve a oferta consistente e ampla de recursos para financiamentos para a compra de unidades habitacionais.

Diante dos problemas atuais da economia brasileira, é natural que haja retração generalizada das atividades. Mas, como salientam vários empresários do setor, não há questões estruturais a impedir a retomada do crescimento: pode-se vislumbrar que, após um período de ajuste, que será duro e difícil, há chances reais de continuidade do desenvolvimento.

A Baixada Santista vive esse momento e o desenrolar do ciclo correspondente. Aqui também houve forte aceleração dos negócios nos últimos quinze anos, mas com duas características importantes: uma delas foi a presença vigorosa de grandes incorporadores nacionais nos lançamentos ocorridos, e uma exagerada aposta no mercado corporativo, com a construção de edifícios para escritórios, incentivada pelas perspectivas do petróleo e gás na Bacia de Santos.

Gigantes do setor, fortalecidos pela abertura de seus capitais na Bolsa de Valores, chegaram à região, compraram terrenos (inflacionando os preços), e fizeram dezenas de lançamentos, provavelmente além do limite razoável e equilibrado. Enquanto isso, a miragem do pré-sal iludiu empresários e investidores, que, em efeito manada, puseram-se a campo para construir vários empreendimentos destinados a escritórios. Imaginava-se a rápida expansão do setor (tanto da Petrobras como da cadeia produtiva) e a consequente demanda pela aquisição ou aluguel dos imóveis. Isso não aconteceu, e há estoques de unidades não vendidas e sem interessados para alugá-las, a exigir tempo para que ocorra a absorção pelo mercado.

O momento agora é de planejamento para ações consequentes nos próximos meses. E cabe às empresas locais, que conhecem a realidade e as possibilidades, tomar a dianteira no processo e promover, com o necessário equilíbrio, os investimentos na área.

Opinião

Do leitor

As cartas enviadas à *Tribuna do Leitor* devem conter nome, endereço, telefone e RG. O tamanho dos textos não pode ultrapassar 900 toques, incluindo os espaços. As cartas que não obedecerem esta orientação serão desconsideradas, bem como e-mails anexados.

E-MAIL
 leitor@atribuna.com.br

ATENDIMENTO AO LEITOR
 Telefone: 0800-727 7710

REDAÇÃO
 Rua João Pessoa 129, 3º andar, Centro Santos, São Paulo. CEP 11013-900

Prédio público

Com referência à minha carta-resposta sobre prédio público abandonado na Ana Costa, publicada em 21 de maio, causa-me estranheza a posição da Polícia Militar, em resposta publicada em 23 de maio, quando diz: “foi aberta sindicância para investigar a paralisação das obras no local, além de um processo de rescisão contratual e outro para apurar possíveis punições à empresa que não finalizou as obras...” - Obra paralisada sem justificativa, brincadeira tem hora! Como é do conhecimento geral e de toda a PM, a obra foi paralisada por solicitação do coronel PM dirigente na época - 2008 - para se executar auditoria, que até o momento ainda não foi concluída. Estou mentindo? Inclusive, este mesmo dirigente enviou correspondência depois de quase um ano (2009), onde informava que a auditoria estava sendo concluída e que seríamos ressarcidos com multa, juros e correção pelos atrasos e danos causados. Já se passaram mais de sete anos, uns dez novos dirigentes assumiram e nada recebemos! E ainda somos acusados de ser o responsável pela paralisação? A obra encontrava-se 99% concluída, restando somente limpeza e alguns ajustes; e o contrato encontra-se rescindido de acordo com o artigo 78 - Lei 8666/73.

RUBENS RODRIGUES DE MENDONÇA - SANTOS

Mas e o meu FGTS?

A resposta da Caixa Econômica Federal ao meu questionamento sobre onde foi parar o meu FGTS, publicado na sexta-feira, 22 de

maio, não foi satisfatória aos acontecimentos. O que ocorreu é que meu FGTS sumiu e desejo reavê-lo, porque é meu por direito. Vou procurá-lo até por via judicial, pois a guarda é a CEF. Respostas do tipo “entrou em contato com o cliente e que foi prestado os devidos esclarecimentos”, não trouxe de volta o que me pertence e que está registrado em minha Carteira de Trabalho.

DENNIS UBIRAJARA BAPTISTA RODRIGUES - SANTOS

Brasil e violência



A violência é cada vez maior em nosso país. Temos alguns caminhos que nos levaram a este terrível problema. A falta de oportunidade e/ou vontade de muitos jovens, falta de religiosidade, baixo nível de ensino em muitas instituições, impunidade, drogas, ociosidade, desorganização familiar, dentre outras. Temos que investir em educação, religião, prisões edu-

cativas (onde o preso trabalhe para pagar suas despesas e aprenda um ofício) e o fim da impunidade, onde todos responderiam por seus erros e reparariam a sociedade. Temos que lutar por um Brasil forte e melhor.

EDUARDO RIBEIRO FILETTI - SANTOS

Labirinto de leis

Na matéria “Santos leva anos para avaliar projetos”, publicada em dia 15 de maio, chama atenção a manifestação dos representantes da Prefeitura: “O prazo de cinco anos é normal para aprovar ou não licenças de construção”. Depois são citadas leis (melhor dito emaranhado de leis). Ou seja, quem precisa fazer uma obra é obrigado a iniciá-la antes da aprovação, sem saber se será aprovada. Tal situação traz insegurança a quem constrói e à população. A quem interessa esse labirinto de leis? Certamente não a uma cidade moderna, ágil e segura.

IRISNAIRA SANTOS - SANTOS

Concerto pianístico

Em recente concerto pianístico na Pinacoteca, tivemos o privilégio de assistir pai e filho, Nilson e Nilton Zago, que por Deus vieram dotados do maravilhoso mundo da música. A marca da virtuosidade se fez presente nas viagens que fizeram a diversos países nos mais variados ritmos. Sob vibrantes e efusivos aplausos deixaram-nos a marca de que espetáculos desta natureza é que preenchem o vazio em que nos encontramos no mundo atual! Parabéns!

MARLENE AKEL - SANTOS

Referendo na Irlanda

A Irlanda tornou-se o primeiro país do mundo a aprovar, através do voto popular, o casamento entre pessoas do mesmo sexo. No referendo realizado na última sexta-feira, 62% foram a favor do matrimônio entre homossexuais. Houve maioria expressiva e até certo ponto surpreendente, uma vez que a Irlanda é uma nação de maioria católica (85% da população), cuja Igreja opôs-se fortemente à aprovação da união gay.

É fato que houve lenta e gradual evolução no país. Há 22 anos foi descriminalizada a relação entre homossexuais, e a união estável entre eles foi permitida em 2010. Agora, os direitos serão ampliados: em vez de terem apenas a proteção legal da união estável, os casais do mesmo sexo terão as mesmas garantias asseguradas aos heterossexuais.

Há, neste caso, dois aspectos importantes. O primeiro deles é a consulta popular, realizada sobre um tema polêmico e que divide opiniões. Assim, a decisão exige que se forme opinião majoritária forte. É uma situação que, levada a escrutínio amplo, permite solução com muito mais legitimidade. Um ponto importante é a facilidade de entendimento da questão por todos, ao contrário de outras questões, cuja complexidade pode ensejar muitas dúvidas e interpretações equivocadas.

A consulta direta permite intenso debate no período que precede a votação. Os grupos pró e contra podem exprimir seus pontos de vista e críticas, em um caso que envolve

aspectos morais, éticos, religiosos e sociais. É absolutamente legítima a manifestação de setores contrários ao casamento gay, como são católicos e evangélicos, mas seus argumentos e teses devem ser expostos com clareza e racionalidade, e confrontados com os contrários, permitindo assim a livre decisão da maioria.

Mas a questão mais importante é a permissão legal do casamento em si. Em vários países, principalmente europeus (Bélgica, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Holanda, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Reino Unido, e agora a Irlanda), ele já é permitido legalmente. É importante notar que isso acontece em duas nações de forte tradição católica, que são Espanha e Portugal, e não se limita apenas ao continente europeu. África do Sul, Argentina, Canadá, Nova Zelândia e Uruguai também já aprovaram, por decisão de seus parlamentos, o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo.

No Brasil, Resolução do Conselho Nacional de Justiça, de maio de 2013, obriga os cartórios de todo o País a realizar casamentos civis e converter a união estável homoafetiva em casamento formal. Um ano antes, o Supremo Tribunal Federal havia reconhecido o direito da união estável para pessoas do mesmo sexo.

Ainda falta completar o processo, com a aprovação em lei. Discriminações não se justificam, e são incompatíveis com nosso Estado Democrático de Direito.

Tribuna Livre

WALTER VICIONI GONÇALVES. Superintendente do Sesi e diretor do Senai no Estado de São Paulo

Dilma e Obama: cascata de equívocos!

Há poucos dias foi noticiado que a presidente Dilma se encontrará com o presidente Obama nos Estados Unidos no próximo final de junho. Deve tratar, entre outros assuntos, de “um programa focado no ensino técnico, com inspiração nos community colleges dos EUA”.

Essa questão precisa ser melhor examinada. A referência aos community colleges, obviamente, não é gratuita. É fora de cogitação que eles pretendam vir aprender algo conosco. Vender-nos soluções, é o mais provável. Ocorre que não seria um fornecedor à altura das nossas demandas. Trata-se de uma rede de escolas vasta, diversificada e direcionada às populações que não conseguem ingressar nas universidades de ponta. É conhecida uma evidente rejeição e desprestígio social dos formados nessas escolas. Trata-se, pois, de uma satisfatória saída para um problema dos EUA, mas não significa que deva ser imitado pelo Brasil. Seria, portanto, uma tosa opção de cooperação e um grosseiro equívoco.

O nosso principal gargalo é a baixa produtividade industrial. Quanto aos EUA, cabe lembrar que é um país que merece todo o nosso respeito. Em educação e tecnologia, o que mais nos interessa dos americanos são as inúmeras instituições de excelência como o MIT, Stanford e o Caltech, entre

outras. Não é o caso dos community colleges. Fica evidenciado, pois, mais um equívoco.

Antes de pedir a cooperação externa, o Brasil precisa fazer a lição de casa em matéria de educação profissional. Em primeiro lugar, é preciso “colar” essa modalidade de educação às políticas e planos de desenvolvimento econômico. Se estes não existem ou são inconsistentes é outro problema. O que precisa ficar claro a todos - governo e sociedade - é que a profissionalização deve estar intimamente integrada à economia, ao trabalho e ao emprego. O planejamento da oferta da educação profissional, incluído o ensino superior, requer estudo e conhecimento da direção em que o país vai caminhar economicamente. Os atuais programas de estímulo e apoio - o Fies, o Pronuni e o Pronatec - precisam operar segundo uma pauta de preferências, em função de carências sociais associadas às prioridades de desenvolvimento econômico do país.

Há necessidade de reformas urgentes em praticamente todas as dimensões e etapas da educação profissional no Brasil. É preciso mudar conceitos e práticas de regulação, de financiamento, de planejamento, de formação de docentes, dos perfis profissionais e currículos, de informação e orientação profissional, das tecnolo-

gias, dos métodos de ensino, de operação e de avaliação. Em cada um desses aspectos há um campo aberto para discussão e aprofundamento das mudanças e ajustes imprescindíveis para o país voltar a crescer de forma sustentada. Outro equívoco, o de buscar apoio externo sem resolver, antes, graves falhas internas.

A propósito de uma aproximação com os EUA, a nossa história apresenta alguns contrastes curiosos. Na década de 60 do século passado, o diplomata e ex-governador da Bahia, Juracy Magalhães, notabilizou-se por uma frase que se tornou folclórica: “tudo o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”. Nessa mesma época, grassava mundo afóra e aqui também um forte sentimento antiamericano. Nos dias atuais, não se observa esse radicalismo de posições. Há coisas que, sem dúvida, podemos e devemos aprender com os ianques. Hoje em dia, nas relações entre os países, observa-se uma tendência pragmática de celebração de acordos, independentemente de ideologias. Bem negociados e bem formulados, são vantajosos para os signatários, com prejuízos, quando houver, para os que ficam de fora do acordo. Eventuais fracassos resultam de conteúdo mal escolhido, como se afigura essa história dos community colleges americanos.